

1

2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE NOVEMBRO DE 2.018.**

3 **ATA Nº 09/2.018**

4 - Aos seis dias, do mês de novembro, do ano  
5 de dois mil e dezoito, às nove horas e vinte minutos, na sala de  
6 reuniões do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas, sito  
7 na Av. Menino Marcelo, 99, Cidade Universitária, nesta cidade,  
8 compareceram os seguintes membros: Gustavo Henrique  
9 Albuquerque Santos (MPC/AL), Fernando Teles de Farias  
10 (Arquidiocese de Maceió), Fábio Soares Gomes (IFAL), Pedro  
11 Guido da Silva (ISV), José Carlos Castro (MPE/AL), Moacir  
12 Rodrigues de Oliveira (CGU/AL), Cássio Araújo (MPT), Nelton  
13 Martins Yin Filho (CGU/AL) e Sras. Helenice Balbino Silva  
14 (SINTEAL), Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley  
15 (CEDDH) e Adriana Andrade Araújo (CGE/AL), mais o ilustre  
16 Presidente do DETRAN/AL, Dr. Antônio Carlos Gouveia e o  
17 Ten. Cícero Emanuel da Silva Costa, Coordenador da Operação  
18 Lei Seca em nosso Estado. **Item 1 da Pauta: Aprovação da Ata**

19 **da reunião anterior**

20 - Esta foi aprovada por unanimidade, sem  
21 ressalvas, após o conhecimento de seu respectivo texto por todos  
22 os presentes. **Item 2 da Pauta: Assinatura do termo de**

23 **cooperação entre a CGU e o DETRAN/AL**

24 – o Sr. Coordenador  
25 passou a palavra ao anfitrião, Dr. Antônio Carlos Gouveia,  
26 Presidente do Departamento Estadual de Trânsito, que agradeceu  
27 a significativa integração dos diversos órgãos e entidades  
28 presentes ao encontro, enaltecendo, a exemplo do Sr. Moacir  
29 Rodrigues, aqui representando a CGU, a necessidade da parceria  
30 entre a instituição por ele dirigida e o Ministério da Transparência  
31 – Controladoria Geral da União. Em seguida, conclamou a todos a  
32 participarem do Seminário “Efetivação do Sistema Único de  
33 Segurança Pública nas Ações e Políticas de Defesa Social em  
34 Alagoas”, que irá acontecer nos próximos dias 8 e 9 do corrente,  
35 através de palestras e painéis de debate relativos à matéria,  
36 contando com a presença de autoridades civis e militares. A  
37 iniciativa, disse ele, ser uma parceria entre a Associação dos  
38 Diplomados da Escola Superior de Guerra(ADESG) e do  
39 Conselho Estadual de Segurança Pública(CONSEG), com o

37 objetivo de pôr em prática a Lei 13.675, responsável por instituir  
38 o Sistema Único de Segurança Pública(SUSP); criar a Política  
39 Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e decidir sobre as  
40 diretrizes para a atuação dos órgãos competentes. Continuando,  
41 foi celebrado o acordo de Cooperação Técnica, objeto da presente  
42 pauta, tendo como propósito a cooperação mútua entre os  
43 partícipes, na execução dos procedimentos relativos a consultas  
44 ao banco de dados do DETRAN/AL, relativamente a veículos e  
45 condutores. Destacado, por fim, que as atividades previstas no  
46 referido acordo, vinculado ao Processo Administrativo nº  
47 00202.100195/2018-58, não acarretarão ônus financeiro adicional  
48 aos seus integrantes, e que referida resolução terá vigência de  
49 60(sessenta) meses, iniciando-se a partir da data de sua  
50 publicação. Concluindo a pauta, o Sr. José Carlos parabenizou os  
51 intervenientes do referido acordo, afirmando de sua importância  
52 para minimizar os problemas até aqui existentes **Item 3 da**  
53 **Pauta: Exposição sobre inteligência artificial e controle(CGU)**  
54 – Neste momento, o Sr. Moacir Rodrigues convidou o Sr. Nelton  
55 Martins para dirigir referida apresentação, cujo objetivo foi o de  
56 justificar a utilização da Inteligência Artificial, através do uso da  
57 tecnologia de aprendizado de máquina (machine learning), como  
58 ferramenta de controle de convênios, através de análise  
59 automatizada das prestações de contas em transferências  
60 voluntárias da União. O palestrante, a partir de recentes auditorias  
61 realizadas pela Controladoria Geral da União, registrou o  
62 desequilíbrio entre a capacidade operacional dos órgãos federais  
63 concedentes, e o volume de trabalho requerido, para analisar as  
64 prestações de contas recebidas, o que gerou um estoque de,  
65 aproximadamente, 15,3 mil contas pendentes, correspondente a  
66 uma soma de R\$16,7 bilhões, que fundamenta a utilização da  
67 análise automatizada, pela maior celeridade na identificação e  
68 apuração de eventuais irregularidades, além de otimizar todo  
69 fluxo processual dos instrumentos de convênios e contratos de  
70 repasse. O principal objetivo da nova sistemática é a resolução do  
71 problema crítico da falta de capacidade operacional, que envolve  
72 o processo de transferências voluntárias da União, confirmou ele.

73 Neste instante, voltou a intervir o Sr. Moacir Rodrigues, citando o  
74 modelo preditivo, para análise das prestações de contas, que tem  
75 como suporte o processo de estratificação, com intervalos de  
76 critérios de apetite ao risco e seu custo benefício. Aparteando, o  
77 Sr. Pedro Guido, a exemplo de atuações em outros momentos,  
78 registrou, mais uma vez, a necessidade de os órgãos de controle  
79 contarem com o concurso da sociedade civil organizada, o que foi  
80 confirmado pelo Sr. Moacir Rodrigues, que apontou, por outro  
81 lado, as dificuldades encontradas quanto a viabilidade deste  
82 cenário. Finalizando, ficou evidenciado que o sistema robustece a  
83 atuação da CGU, no exercício da atividade de auditoria interna  
84 governamental. **Item 4 da Pauta: Exposição sobre a**  
85 **securitização da dívida pública(Cássio)** - O Sr. Coordenador,  
86 incontinente, transmitiu a palavra ao Sr. Cássio Araújo que  
87 iniciou sua apresentação, definindo securitização como um  
88 processo de conversão de um ativo, em título negociável,  
89 podendo este ser ou não lastreado em garantias. Continuando,  
90 afirmou que, ultimamente, tem crescido o debate acerca do  
91 processo de securitização da dívida ativa: de um lado, alguns  
92 associados ao mercado financeiro; e outros, a governos, a  
93 exemplo de nosso Estado, defendem que o processo poderia ser  
94 algo bom, no caso de este ocorrer sobre um ativo ruim, porque a  
95 operação transferiria o risco aos investidores, além de transformar  
96 um “papel ruim em papel bom”. Por outro lado, Tribunais de  
97 Contas da União e de Estados, e a Auditoria Cidadã da Dívida  
98 têm deixado claro os graves riscos desse processo, uma vez que o  
99 modelo que está sendo implementado no Brasil não se dá sobre  
100 um ativo ruim, ao contrário, é baseado em créditos líquidos e  
101 certos, parcelados, com confissão de dívida e garantia de  
102 recebimento, o que envolve diversas ilegalidades. Dando  
103 seguimento, afirmou sobre a criação da empresa Alagoas Ativos  
104 S.A. por parte do governo, destinada a operações de créditos e  
105 gestão da dívida pública, acerca da qual o Núcleo Alagoano pela  
106 Auditoria Cidadã da Dívida Pública irrompeu o sinal de alerta  
107 para a sociedade, sobre o perigo que a empresa pode trazer à  
108 nossa economia. Para os representantes do Núcleo, nosso Estado

109 tem apresentado, no momento, políticas conflitantes, na medida  
110 em que, ao tempo no qual prepara a cessão à iniciativa privada de  
111 alguns espaços, além de abrir outros para Organizações Sociais  
112 (OSs) para gerirem áreas, como a saúde e a educação, concebe a  
113 estatal Alagoas Ativos, que inclui a criação do Fundo Alagoano  
114 de Parceria Público-Privada – PPP. Com efeito, o que se pretende  
115 é criar mecanismos para contratação de operações de crédito, fora  
116 dos limites e controle estabelecidos pela Lei de Responsabilidade  
117 Fiscal, com o agravante de termos o dinheiro público repassado  
118 ao privado de uma forma não transparente. Apontou ele, por fim,  
119 a necessidade de que haja publicidade, transparência e discussão  
120 com a sociedade sobre a criação da Alagoas Ativos. **Item 5 da**  
121 **Pauta: Definição dos integrantes do FOCCO no evento**  
122 **anticorrupção** - A despeito do propósito da Coordenação, de  
123 que todos os membros do FOCCO participassem efetivamente do  
124 evento, uma parceria nossa junto à Controladoria Geral da União  
125 – CGU, a acontecer nos próximos 6 e 7 de dezembro, mas por  
126 outro lado, considerando as limitações do espaço a ele destinado,  
127 foi disponibilizado aos interessados, além daqueles considerados  
128 natos, vinculados aos órgãos de controle, o acesso a mais 5(cinco)  
129 integrantes do Fórum, a saber: Srs. Fábio Soares, Fernando Teles  
130 e Pedro Guido, e Sras. Helenice Balbino e Maria de Fátima  
131 Canuto. **Item 6 da Pauta: Sucessão na Coordenação do**  
132 **FOCCO** - Confirmando o que já dissera em outras  
133 oportunidades, o Sr. Coordenador não se lançou candidato à sua  
134 recondução, sob o argumento de não ter condições de conciliar  
135 esta nobre função, com seus compromissos no Ministério Público  
136 de Contas – MPC. Na oportunidade, foram sugeridos outros  
137 órgãos, tendo sido citados, de modo aleatório: MPE, MPF, CGU e  
138 TCU, entre os quais deverá ser proclamado o novo comandante  
139 do FOCCO, a ser apontado, presumivelmente, em nossa reunião  
140 ordinária, a acontecer em dezembro próximo. **Item 7 da Pauta:**  
141 **Considerações Finais** – Foi mencionada a data de 11 de  
142 dezembro seguinte para a realização de nossa confraternização  
143 natalina, ficando o Sr. Coordenador de contatar com a Sra. Edilma  
144 de Albuquerque, representante do Sindicato dos Médicos no



145 FOCCO, para confirmar a disponibilidade do SINMED em  
146 abraçar, mais uma vez, o patrocínio do evento. Foi abordado,  
147 igualmente, as constantes ausências, sem justificativas, de  
148 diversos órgãos e entidades que compõem o FOCCO, às nossas  
149 reuniões. Para tanto, foi sugerido um encontro para o qual foram  
150 convocados além dos órgãos de controle, os Srs. Gustavo  
151 Henrique, José Carlos, Fernando Teles, Pedro Guido e Fábio  
152 Soares, no sentido de debatermos o assunto. Finalizando, o Sr.  
153 Coordenador agradeceu ao DETRAN-AL, através de seu  
154 dinâmico e sempre gentil Presidente, Dr. Antônio Carlos  
155 Gouveia, a oportunidade oferecida ao FOCCO, de sediar nossa  
156 reunião, bem como de estarmos presentes à cerimônia de  
157 assinatura do Termo de Cooperação entre a CGU e o órgão por  
158 ele dirigido. Não havendo mais nada a ser discutido, foi encerrado  
159 o encontro às 11 horas e 55 minutos. Assinam a Ata os Srs.  
160 Gustavo Henrique Albuquerque Santos – Coordenador e  
161 Fernando Teles de Farias – Secretário, juntamente com os demais  
162 membros presentes.

163

164

Gustavo Henrique Albuquerque Santos  
Coordenador

166

167

Fernando Teles de Farias  
Secretário

168

169

170

Fábio Soares Gomes  
IFAL

171

172

173

Pedro Guido da Silva  
ISV

174

175

176

José Carlos Castro  
MPE/AL

177

178

179

Moacir Rodrigues de Oliveira

180

181

CGU

182

Cássio Araújo

183

MPT

184

185

Nelton Martins Yin Filho

186

CGU/AL

187

188

Helenice Balbino Silva

189

SINTEAL

190

191

Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley

192

CEDDH

193

194

Adriana Andrade Araújo

195

CGE/AL

196